

Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2010

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal Regis de Oliveira (PSC/SP)

Ementa:

Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (Interferência promovida por um dos genitores na formação psicológica da criança para que repudie o outro, bem como atos que causem prejuízos ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este).

Explicação da Ementa:

Altera a Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - para dispor sobre alienação parental; define alienação parental com sendo a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este; dispõe que declarado indício de ato de alienação parental, a requerimento ou de ofício, em qualquer momento processual, em ação autônoma ou incidentalmente, o processo terá tramitação prioritária, e o juiz determinará, com urgência, ouvido o Ministério Público, as medidas provisórias necessárias para preservação da integridade psicológica da criança ou do adolescente, inclusive para assegurar sua convivência com genitor ou viabilizar a efetiva reaproximação entre ambos, se for o caso; determina que havendo indício da prática de ato de alienação parental, em ação autônoma ou incidental, o juiz, se necessário, determinará perícia psicológica ou biopsicossocial; estabelece que a atribuição ou alteração da guarda dar-se-á por preferência ao genitor que viabiliza a efetiva convivência da criança ou adolescente com o outro genitor nas hipóteses em que seja inviável a guarda compartilhada; dispõe que as partes, por iniciativa própria ou sugestão do juiz, do Ministério Público ou do Conselho Tutelar, poderão utilizar-se do procedimento da mediação para a solução do litígio, antes ou no curso do processo judicial; acrescenta parágrafo único ao art. 236 da Lei 8.069/90 para tipificar o crime de apresentação de relato falso à autoridade judiciária, ao membro do Conselho Tutelar ou ao representante do Ministério Público no exercício da função prevista em lei, estabelecendo pena de seis meses a dois anos de detenção.

Assunto: Política Social - Proteção Social

Data de Leitura: 26/03/2010

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada por Comissão em decisão

Último local: -

Destino: À sanção

Último estado: 27/08/2010 - TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA COM VETO PARCIAL

Matérias Relacionadas:

Veto nº 00028 de 2010

Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2010

Despacho:

29/03/2010 (despacho inicial)

null

Análise

(SF-CDH) Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator(es):

Senador Pedro Simon (encerrado em 07/07/2010 - Deliberação da matéria)

CDH - (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

Relator(es):

Senador Paulo Paim (encerrado em 09/06/2010 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

18/09/2014 SF-SARQ - Secretaria de Arquivo

Ação: Processo arquivado.

11/08/2014 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Ao Arquivo.

01/08/2014 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: A partir de 1º de agosto de 2014 os boletins de ação legislativa não mais serão impressos, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 2014, do Secretário-Geral da Mesa. As consultas sobre a tramitação da matéria devem ser realizadas diretamente no sistema eletrônico próprio.

11/10/2010 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Matéria vetada. VET 28/2010.

08/10/2010 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: (PR) PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.
SANCIONADA. LEI 012.318 DE 2010. (Vetado, Parcialmente, vide MSG 00513 de 2010).
DOU - 27/08/2010 PÁG. 00003 e 00005.
Sancionada em 26/08/2010.

À SCLCN.

01/09/2010 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Retificação feita no DOU nº 167, de 31/08/10, pág. 00005.

27/08/2010 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Situação: TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA COM VETO PARCIAL

Ação: (PR) PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.
SANCIONADA. LEI 012.318 DE 2010.
DOU - 27/08/2010 PÁG. 00003.
Sancionada em 26/08/2010.

***** Retificado em 08/10/2010*****

TRAMITAÇÃO

"...bal nº 27 cancelado..."

12/08/2010 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Situação: REMETIDA À SANÇÃO

Ação: Anexado o Ofício SF n.º 1705, de 12/08/10, à Ministra de Estado Chefe da Casa Civil, encaminhando a Mensagem SF n.º 203/10 ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto (fls. 37 a 41).

Anexado o Ofício SF n.º 1706, de 12/08/10, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial (fl. 42).

06/08/2010 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Anexado o texto revisado. (fls 34 a 36)

05/08/2010 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Recebido neste órgão às 17:26 hs.

05/08/2010 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: APROVADA A MATÉRIA (DECISÃO TERMINATIVA)

Ação: A Presidência comunica ao Plenário que esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, da presente matéria que, tendo sido aprovada terminativamente pela Comissão competente, vai à sanção. Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados. À SEXP.

Publicado no DSF Páginas 40233

05/08/2010 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Encaminhado ao Plenário para comunicação do término de prazo para interposição de recurso.

15/07/2010 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Prazo para interposição de recurso: 16/07/2010 a 04/08/2010.

14/07/2010 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Ação: Leitura dos seguintes Pareceres: nº 1.075, de 2010-CDH, relator Senador Paulo Paim, favorável; nº 1.076, de 2010-CCJ, relator Senador Pedro Simon, favorável. Anunciado o recebimento do Ofício nº 227/2010, do Presidente da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, comunicando a aprovação, em caráter terminativo, da matéria. Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário. À SCLSF.

Publicado no DSF Páginas 35962-35973

Publicado no DSF Páginas 36214

TRAMITAÇÃO

09/07/2010 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES)

Ação: Juntada, às fls. 29/31, legislação citada nos Pareceres.
Aguardando leitura dos Pareceres da CDH e da CCJ.

07/07/2010 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Recebido neste Órgão, nesta data.

07/07/2010 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: À SSCLSF, para prosseguimento da tramitação.

07/07/2010 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: APRECIADA EM DECISÃO TERMINATIVA PELAS COMISSÕES

Ação: Na 35ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Projeto, relatado pelo Senador Pedro Simon.

Anexei o Ofício nº 227/2010- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF.

05/07/2010 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na Pauta da Comissão.

01/07/2010 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido o relatório do Senador Pedro Simon, com voto pela aprovação do projeto.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

29/06/2010 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Pedro Simon, para emitir relatório.

11/06/2010 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido nesta Comissão. Matéria aguardando designação de Relator.

09/06/2010 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Reunida nesta data, a Comissão aprova por unanimidade o relatório da Senador Paulo Paim, favorável a aprovação da matéria,

TRAMITAÇÃO

que passa a constituir o Parecer da CDH.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania-CCJ, para prosseguimento da tramitação.

***** Retificado em 10/06/2010*****

Reunida nesta data, a Comissão aprova por unanimidade o relatório do Senador Paulo Paim, favorável a aprovação da matéria, que passa a constituir o Parecer da CDH.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania-CCJ, para prosseguimento da tramitação.

18/05/2010 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Devolvido pelo Gabinete do Senador Paulo Paim, contendo relatório com voto pela aprovação da matéria.

18/05/2010 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Anexei o, OF 0100/10 GSPP, de autoria do Senador Paulo Paim, que solicita "Retirada de Pauta" do Requerimento de solicitação de Audiência Pública para Instruir o PLC 20/2010.

10/05/2010 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ação: Devolvido pelo gabinete do Senador Paulo Paim, com Requerimento para realização de Audiência Pública, com a finalidade de instruir a matéria.

13/04/2010 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Paulo Paim como relator da matéria.
Ao gabinete do Senador Paulo Paim para emitir relatório.

09/04/2010 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.
Matéria aguardando distribuição.

31/03/2010 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Prazo para recebimento de emendas:
Primeiro dia: 31/03/10
Último dia: 08/04/10.

30/03/2010 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Recebido nesta data.
Matéria aguardando abertura de prazo para recebimento de emendas.

TRAMITAÇÃO

29/03/2010 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO**Situação:** AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS**Ação:** Leitura.

Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

O projeto poderá receber emendas perante a primeira Comissão, pelo prazo de cinco dias úteis, após publicado e distribuído em avulsos.

À CDH.

*Publicado no DSF Páginas 10080**Publicado no DSF Páginas 10062-10075**Publicado no DSF Páginas 10044***26/03/2010** SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**Ação:** Juntada, às fls. 13, cópia da legislação citada.

Aguardando leitura.

26/03/2010 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO**Situação:** AGUARDANDO LEITURA**Ação:** Este processo contém 12 (doze) folha(s) numerada(s) e rubricada(s).

À SSCLSF.

DOCUMENTOS

Autógrafo - PLC 20/2010

Data: 26/03/2010**Autor:** Câmara dos Deputados**Local:** null**Descrição/Ementa:** Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (Interferência promovida por um dos genitores na formação psicológica da criança para que repudie o outro, bem como atos que causem prejuízos ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este).

Avulso inicial da matéria

Data: 29/03/2010**Autor:** -**Local:** SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO**Ação Legislativa:** Leitura.

Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

O projeto poderá receber emendas perante a primeira Comissão, pelo prazo de cinco dias úteis, após publicado e distribuído em avulsos.

À CDH.

Relatório Legislativo

Data: 18/05/2010

DOCUMENTOS

Autor: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação Legislativa: Devolvido pelo Gabinete do Senador Paulo Paim, contendo relatório com voto pela aprovação da matéria.

Parecer

Data: 09/06/2010

Autor: -

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação Legislativa: Reunida nesta data, a Comissão aprova por unanimidade o relatório da Senador Paulo Paim, favorável a aprovação da matéria, que passa a constituir o Parecer da CDH.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania-CCJ, para prosseguimento da tramitação.

***** Retificado em 10/06/2010*****

Reunida nesta data, a Comissão aprova por unanimidade o relatório do Senador Paulo Paim, favorável a aprovação da matéria, que passa a constituir o Parecer da CDH.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania-CCJ, para prosseguimento da tramitação.

Relatório Legislativo

Data: 01/07/2010

Autor: Senador Pedro Simon (MDB/RS)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido o relatório do Senador Pedro Simon, com voto pela aprovação do projeto. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

Parecer

Data: 07/07/2010

Autor: -

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Na 35ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Projeto, relatado pelo Senador Pedro Simon.

Anexei o Ofício nº 227/2010- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF.

P.S 1075/2010

Data: 14/07/2010

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Leitura dos seguintes Pareceres: nº 1.075, de 2010-CDH, relator Senador Paulo Paim, favorável; nº 1.076, de 2010-CCJ, relator Senador Pedro Simon, favorável.
Anunciado o recebimento do Ofício nº 227/2010, do Presidente da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, comunicando a aprovação, em caráter terminativo, da matéria.
Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário.
À SCLSF.

P.S 1075/2010

DOCUMENTOS

Data: 14/07/2010**Autor:** -**Local:** SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Leitura dos seguintes Pareceres: nº 1.075, de 2010-CDH, relator Senador Paulo Paim, favorável; nº 1.076, de 2010-CCJ, relator Senador Pedro Simon, favorável.
Anunciado o recebimento do Ofício nº 227/2010, do Presidente da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, comunicando a aprovação, em caráter terminativo, da matéria.
Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário.
À SCLSF.

Autógrafo - PLC 20/2010

Data: 06/08/2010**Autor:** -**Local:** SECRETARIA DE EXPEDIENTE**Ação Legislativa:** Anexado o texto revisado. (fls 34 a 36)

Autógrafo - PLC 20/2010

Data: 31/01/2017**Autor:** Câmara dos Deputados, Senado Federal**Local:** null